

Veiga quer poderes amplos para os tribunais eleitorais

FOLHA DE SÃO PAULO

10 SET 1985

Da Sucursal de Brasília



O líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), 38, defendeu ontem a concessão de amplos poderes aos tribunais eleitorais para coibir o abuso do poder econômico nas campanhas acrescentando que "os juizes devem

agir com rigor, cumprindo a legislação e punindo". Pimenta disse que concorda integralmente com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Rafael Mayer, que reclamou em entrevista à Folha, poderes para fiscalizar as campanhas. "A Justiça Eleitoral — sentenciou Pimenta da Veiga — deve ser instrumentalizada para exercer suas atividades".

O líder peemedebista sublinhou que "não é fácil elaborar uma legislação específica contra o abuso do poder econômico, até porque teoricamente ela já existe mas sua aplicação ainda é problemática". Anunciou o propósito de colocar em discussão e votação, ainda neste semestre, o projeto de reforma do Código Eleitoral, que prevê novas medidas para dar condi-

ções de igualdade aos candidatos no pleito de 1988.

O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), 55, também defendeu a participação dos partidos no orçamento nacional, mas ressaltou a dificuldade de conseguí-la devido à crise econômica e "porque já é grande o déficit público". No entanto, Lucena foi rebatido por Pimenta da Veiga, que, sem saber das declarações de seu colega, afirmou: "Temos déficit é de democracia. O déficit público resulta do déficit democrático desses últimos vinte anos".

Três propostas

Para Humberto Lucena, há pelo menos três medidas que o Congresso Nacional poderia votar para limitar o poder econômico na campanha da Constituinte. São elas: a ampliação do prazo de utilização gratuita do rádio e da televisão; a criação do Serviço Nacional de Alistamento sob responsabilidade da Justiça Eleitoral, que assumiria todos os gastos para inscrição dos eleitores; e a aplicação rigorosa da legislação que limita as despesas dos candidatos. Admite, contudo, que a primeira das medidas é praticamente impossível de adotar por causa "da pressão da Abert" (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão).

Empresários preparam candidato

Da Reportagem Local
e da Sucursal de Brasília

O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, 41, negou que seja candidato à Assembleia Nacional Constituinte. "Os pequenos empresários têm um projeto para ter um candidato próprio, mas ainda não definimos o nome", disse. Durante a entrevista, no entanto, quando questionado sobre a representatividade de um candidato dos pequenos empresários, Afif disse: "Sou representante da massa de pequenos empresários".

Apesar de considerar superestimado o cálculo que aponta Cr\$ 2,1 bilhões como os custos de uma campanha para a Constituinte, Afif afirmou que o problema não é o custo e sim o número de contribuintes. Segundo ele, o candidato dos pequenos empresários contaria com o apoio dos cem mil associados reunidos pela Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo. Reafirmando, novamente, sua negada candidatura disse: "Sou um dos poucos que têm base".

Negando-se a comentar as declarações do presidente da Associação Comercial de Porto Alegre — que é favorável à organização de uma "caixinha" para eleger candidatos representativos dos interesses empresariais —, Afif afirmou: "Sou contra o uso do poder econômico. Representamos os empresários do verbo e não os da verba".

presários acharem conveniente ter candidatos próprios, poderemos dar apoio material ou estratégico", disse. Mas o custo de 2,1 bilhão de cruzeiros é avaliado como "uma loucura".

"Sou absolutamente contrário à formação de lobbys na disputa por uma vaga na Constituinte. A Constituinte tem de representar a Nação e não segmentos específicos", opinou João Carlos de Souza Meireles, 50, presidente do Conselho Nacional de Pecuaristas de Corte. Os altos custos apontados para uma campanha à Constituinte, segundo ele, pode ser uma informação falsa para desestimular os democratas.

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio Brito, disse que pretende manter contatos com o empresariado industrial e os representantes dos bancos para discutir a influência do poder econômico nas eleições da Assembleia Nacional Constituinte.

ANC 88
Pasta 09/85
024/1985

A opinião é compartilhada por Renato Ticoulat, 52, membro da Sociedade Rural Brasileira. "É um absurdo não ter homens que representem a livre iniciativa dentro da Constituinte", disse. Mas sustenta que "o empresário brasileiro dedica-se pouco à política e deveria se preocupar mais com isto". A maior preocupação de Ticoulat em relação aos cálculos do custo de uma vaga é quanto à participação da máquina da administração pública no processo. "É um festival de gastos a utilização que fazem do dinheiro do erário público", afirmou.

Para Paulo Setúbal, 36, diretor da Eucatex e presidente da Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto, ainda é cedo para saber qual será seu posicionamento quanto à participação dos empresários na eleição da Constituinte. "Se os em-